O governo e o desgoverno dos escravos

A Equação dos Anos 80: Polícia Versus Escravos

De forma geral, temos como dado aceito na historiografia atual que a partir de 1885, sob a liderança de alguns grupos abolicionistas, tais como os caifazes, plantéis de escravos começaram a não mais se submeter à disciplina dos feitores, reivindicando liberdade de maneira clara e incisiva e, finalmente, abandonando em levas as fazendas. Remarcado por diversos autores como o golpe final ao sistema, à medida em que forçava mesmo os senhores mais reticentes a reverem suas posições com relação à escravidão, obrigando-os a buscar novas formas de exploração do trabalho. Liberando condicionalmente seus plantéis, os fazendeiros procuravam, através de contratos, reter a força de trabalho em suas propriedades.

Assim, a organização abolicionista - esta sublinhada como único elemento capaz de dar corpo ao caráter intrinsecamente desorganizado e imediata da reivindicações escravas -, o abandono dos trabalhos a eito, no mais das vezes de maneira pacífica e a consequente inviabilização do trabalho forçado têm sido apontados como os fatores que desfecharam o golpe de misericórdia no regime que declinava.

Embora os estudiosos interessados na reconstituição do chamado processo final de desorganização do trabalho escravo pouco tenham se detido sobre os primeiros três ou quatro anos desta década, os registros históricos afi estão a demonstrar que os contemporâneos tiveram razões suficientes para conscientizar-se, já nesse período, de que a escravidão, enquanto sistema, caminhava a passos rápidos para tornar-se inviável.

Através de desobediência às regras disciplinares das fazendas, revoltas organizadas, crimes sangrentos e constantes denúncias de feitiçaria ocuparam espaço nos jornais, nas crônicas dos viajantes que por essas zonas transitaram, tornaram-se a principal preocupação das autoridades mas, sobretudo, alimentaram fortes temores entre a camada senhorial.
O PLANO E O PÂNICO

É verdade que senhores de escravos, feitores, camaradas e mesmo a população em geral, residentes em áreas estratégicas de produção cafeeira, tal como Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, passaram a conviver, de uma maneira ou outra, com o temor provocado pela alta concentração do braço escravo, espelhada na forma de uma crescente criminalidade, caracterizada, principalmente, pelos homicídios contra as figuras que representavam o mando senhorial. Porém, como já sugerir em outro trabalho, de forma geral, os atos delituosos dos escravos, mesmo aqueles extremamente violentos, tal como os enquadrações no Art. 1° da Lei de 10 de junho de 1835, circunscritos-se aos limites da fazenda e à participação isolada dos grupos de escravos de cada unidade produtiva.

Embora a intromissão da Justiça frente à criminalidade violenta dos cativos se fizesse, pelo menos até o avanço dos anos 80, rápida e imperativa, trazendo para a alcada do poder judiciário aquilo que por muito tempo havia sido uma prerrogativa quase exclusiva dos senhores - qual seja, a repressão aos crimes de cativos - esta se realizava, no mais das vezes, de acordo com os interesses senhoriais, reforçando o imperativo da manutenção da tranquilidade pública. Desta maneira, ao nos debruçarmos retrospectivamente sobre a questão da criminalidade escrava, ao longo do século XIX, podemos concluir que, de fato, esta foi um poderoso fator de corrupção da estrutura de utilização da mão-de-obra escrava, mas esta de maneira paulatina, desgastando lentamente o controle pessoal que os senhores e seus prepostos necessitavam manter com vistas a viabilizar o trabalho organizado dos escravos.

Sobretudo a Polícia, a quem cabia enfrentar mais diretamente esta realidade, via-se cada vez mais sobrecarregada - à medida em que os senhores percebiam-se impotentes no controle dos movimentos escravos, tendiam a transferir a esta a responsabilidade de debelar a rebeldia escrava, mantendo a tranquilidade pública.

Nexo mais palpável entre as populações e o Estado, a instituição da Polícia acumulou durante o período imperial, sobretudo a partir das reformas constantes do Ato Adicional, atribuições extremamente variadas, concentrando importante parcela do poder no nível local. Como notou Flory, as reformas do Código Processual cumularam os oficiais da polícia com consideráveis prerrogativas judiciais. As capitais provinciais, os chefes de polícia, nomeados pelo ministro da justiça, escolhiam os delegados de cada município ou termo. Por seu turno, era através da recomendação destes últimos que os chefes de polícia nomeavam os subdelegados e seis substitutos ao nível paroquial, atribuindo, assim, aos delegados, o poder de prover as estruturas policiais em nível municipal. O controle da autonomia policial e a jurisdição criminal, tarefas que haviam sido acumuladas pelas juízes de paz, foram igualmente transferidas para a estrutura centralizadora da polícia.

Além disso, a inexistência, até o advento da República, de uma estrutura de poder local mais especializada, capaz de atender à emergência de diferentes ocasiões em nível municipal, tornaram a polícia o órgão para o qual fluía uma variadíssima gama de problemas sociais existentes ao nível paroquial. A polícia cabia, em primeiro lugar, buscar resolver o problema no âmbito local e, na impossibilidade disso, devia ela garantir os nexos entre o poder provincial e as populações municipais. Assim, a instituição policial via-se cotidianamente frente a problemas diversificados. A questão do controle das pestes e das doenças contagiosas estava entre as suas atribuições, bem como os loucos e doentes mentais que, dada a inexistência de hospitais em nível local, ficavam retidos nas delegacias, à espera de vaga no hospital para alienados, sediado na capital. Também o alistamento militar e a elaboração das listas de censo deviam ser executadas pela polícia. Enfrentar os cataclismos locais, zelar pelo cumprimento das posturas municipais, controlar o funcionamento do comércio local também sobrecarregavam a precária estrutura municipal da polícia.

E, ao lado disso, cabia a este órgão controlar os conflitos sociais e assegurar a ordem e tranquilidade pública. Criminosos, escravos, libertos e imigrantes eram, sem dúvida, seu alvo destacado na década de 80.

Sobretudo o controle dos movimentos escravos passava a ser tarefa primordial da Polícia. O avolumar das rebeldias escravas nas fazendas, que passava a espalharem-se pelas vilas e cidades, povoando as estradas, as estações de trem e as ruas de bandos de escravos e libertos, processo que cada vez mais escapava ao controle senhorial, exigiu um envolvimento, algumas vezes de contragosto, da estrutura policial, com a questão escrava. De fato, embora tenha se tornado a instituição que mais resolutamente serviu aos propósitos dos fazendeiros no controle da escravaria, sempre justificado pela necessidade do estrito cumprimento da lei e da defesa da “legitimidade escrava” - nota-se aqui e ali, na caudalosa documentação policial, certo mal-estar com relação ao papel que crescentemente lhe foi atribuído.